



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2020 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 12/03/2021 PAGINA 1

SUBTÍTULO 90008 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - PB

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	190.837.785,46	189.288.714,12
Ordinárias	-	-	Ordinárias	164.116.012,95	167.739.281,22
Vinculadas	-	-	Vinculadas	26.721.772,51	21.549.432,90
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	2.423.330,28	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Previdência Social (RPPS)	23.006.657,06	20.668.046,04
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.291.785,17	881.386,86
Transferências Financeiras Recebidas	190.768.112,02	188.858.022,48	Transferências Financeiras Concedidas	2.651.972,56	4.618.903,32
Resultantes da Execução Orçamentária	190.689.428,18	188.407.327,27	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	190.689.428,18	188.407.327,27	Independentes da Execução Orçamentária	2.651.972,56	4.618.903,32
Independentes da Execução Orçamentária	78.683,84	450.695,21	Movimento de Saldos Patrimoniais	2.651.972,56	4.618.903,32
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	-	444.527,20	Aporte ao RPPS	-	-
Demais Transferências Recebidas	35.463,80	2.676,73	Aporte ao RGPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	43.220,04	3.491,28			
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	3.416.845,42	6.084.231,76	Pagamentos Extraorçamentários	482.007,95	1.788.861,15
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	824.670,15	548.858,47	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	462.616,62	1.747.610,03
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	18.886,55	41.251,12	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	18.886,55	41.251,12
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.573.288,72	5.494.122,17	Outros Pagamentos Extraorçamentários	504,78	-
Arrecadação de Outra Unidade	2.573.288,72	5.494.122,17	Demais Pagamentos	504,78	-
Saldo do Exercício Anterior	611.478,68	1.365.703,03	Saldo para o Exercício Seguinte	824.670,15	611.478,68
Caixa e Equivalentes de Caixa	611.478,68	1.365.703,03	Caixa e Equivalentes de Caixa	824.670,15	611.478,68
TOTAL	194.796.436,12	196.307.957,27	TOTAL	194.796.436,12	196.307.957,27



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2020 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 28/01/2021 PAGINA 1

SUBTÍTULO 90008 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - PB

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2020	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 28/01/2021	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	90008 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - PB
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL
----------------	-------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT			178.458.288,99	178.458.288,99
TOTAL			178.458.288,99	178.458.288,99
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT FINANCEIRO	-	-	-	-
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECAÇÃO	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	174.927.803,45	174.865.801,13	174.865.801,13	-174.927.803,45
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	149.260.828,59	149.260.828,59	149.260.828,59	-149.260.828,59
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	25.666.974,86	25.604.972,54	25.604.972,54	-25.666.974,86
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	3.530.485,54	3.477.316,74	3.477.316,74	-3.530.485,54
Investimentos	-	-	3.530.485,54	3.477.316,74	3.477.316,74	-3.530.485,54
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	178.458.288,99	178.343.117,87	178.343.117,87	-178.458.288,99
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	-	-	178.458.288,99	178.343.117,87	178.343.117,87	-178.458.288,99
TOTAL	-	-	178.458.288,99	178.343.117,87	178.343.117,87	-178.458.288,99



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2020 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 28/01/2021 PAGINA 3

SUBTÍTULO 90008 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - PB

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	59.802,92	156.642,30	138.421,68	138.421,68	78.023,54	-0,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	59.802,92	156.642,30	138.421,68	138.421,68	78.023,54	-0,00
DESPESAS DE CAPITAL	19.692,58	48.399,98	44.000,00	44.000,00	24.092,56	-0,00
Investimentos	19.692,58	48.399,98	44.000,00	44.000,00	24.092,56	-0,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	79.495,50	205.042,28	182.421,68	182.421,68	102.116,10	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2020

PERÍODO
Anual

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	90008 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - PB
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

EMISSÃO
28/01/2021

PAGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE	2.470.228,44	2.826.512,63	PASSIVO CIRCULANTE	38.357,08	1.143.850,66
Caixa e Equivalentes de Caixa	150.713,24	353.745,97	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	38.357,08	1.142.776,89
Créditos a Curto Prazo	1.749.416,42	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	1.749.416,42	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	1.946.036,71	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Estoques	570.098,78	526.729,95	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	-	1.073,77
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	131.563.307,47	136.865.021,96	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	38.357,08	1.143.850,66
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
Demais Investimentos Permanentes	-	-		2020	2019
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Imobilizado	128.224.676,64	133.928.048,13	Reservas de Capital	-	-
Bens Móveis	8.298.240,60	9.420.160,69	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	26.492.916,05	25.880.486,62	Reservas de Lucros	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-18.194.675,45	-16.460.325,93	Demais Reservas	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados Acumulados	133.995.178,83	138.547.683,93
Bens Imóveis	119.926.436,04	124.507.887,44	Resultado do Exercício	-1.897.977,56	2.413.451,88
Bens Imóveis	123.360.833,79	127.579.741,12	Resultados de Exercícios Anteriores	138.547.683,93	151.539.961,53
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-3.434.397,75	-3.071.853,68	Ajustes de Exercícios Anteriores	-2.654.527,54	-15.405.729,48
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Intangível	3.338.630,83	2.936.973,83	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	133.995.178,83	138.547.683,93
Softwares	3.338.630,83	2.936.973,83			
Softwares	3.338.630,83	2.936.973,83			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2020 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 28/01/2021 PAGINA 2

SUBTÍTULO 90008 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - PB

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	134.033.535,91	139.691.534,59	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	134.033.535,91	139.691.534,59

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO FINANCEIRO	150.713,24	353.745,97	PASSIVO FINANCEIRO	115.171,12	285.611,55
ATIVO PERMANENTE	133.882.822,67	139.337.788,62	PASSIVO PERMANENTE	38.357,08	1.142.776,89
			SALDO PATRIMONIAL	133.880.007,71	138.263.146,15

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.391.558,93	1.391.558,93	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	27.966.868,14	26.326.340,42
Atos Potenciais Ativos	1.391.558,93	1.391.558,93	Atos Potenciais Passivos	27.966.868,14	26.326.340,42
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	-	-
Direitos Contratuais	1.391.558,93	1.391.558,93	Obrigações Contratuais	27.966.868,14	26.326.340,42
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	1.391.558,93	1.391.558,93	TOTAL	27.966.868,14	26.326.340,42

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-
Recursos Vinculados	35.542,12
Previdência Social (RPPS)	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	35.542,12
TOTAL	35.542,12



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2020	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMIÇÃO 28/01/2021	PÁGINA 1
----------------------	-------------

SUBTÍTULO	90008 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - PB
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL
----------------	-------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.318.284,01	3.308.660,21
INGRESSOS	182.568.689,30	182.768.263,89
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	182.568.689,30	182.768.263,89
Ingressos Extraorçamentários	259.478,28	212.163,35
Transferências Financeiras Recebidas	179.123.180,97	176.747.658,78
Arrecadação de Outra Unidade	3.185.597,69	5.808.441,76
Demais Recebimentos	432,36	-
DESEMBOLSOS	-179.250.405,29	-179.459.603,68
Pessoal e Demais Despesas	-155.003.459,63	-156.921.306,79
Legislativo	-	-
Judiciário	-125.764.328,38	-126.990.039,80
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-24.656.359,98	-23.817.724,48
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2020	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 28/01/2021	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	90008 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - PB
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL
----------------	-------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2020	2019
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-4.582.771,27	-6.113.542,51
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-20.000.763,18	-17.039.499,93
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-20.000.763,18	-17.039.499,93
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-4.246.182,48	-5.498.796,96
Dispêndios Extraorçamentários	-260.552,05	-211.089,58
Transferências Financeiras Concedidas	-3.985.630,43	-5.287.707,38
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-3.521.316,74	-3.791.086,37
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-3.521.316,74	-3.791.086,37
Aquisição de Ativo Não Circulante	-2.738.775,85	-1.133.691,34
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-782.540,89	-2.657.395,03
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-203.032,73	-482.426,16
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	353.745,97	836.172,13
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	150.713,24	353.745,97



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 28/01/2021	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	90008 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - PB
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL
----------------	-------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2020	2019
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	183.155.338,33	184.424.675,72
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.576.484,99	1.554.431,34
Impostos	-	-
Taxas	1.576.484,99	1.554.431,34
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	16.223,33	18,00
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	16.223,33	18,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	179.177.728,64	177.633.425,20
Transferências Intragovernamentais	179.123.180,97	176.747.658,78
Transferências Intergovernamentais	-	885.766,42
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	54.547,67	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	792.012,00	1.868.575,18
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	792.012,00	1.868.575,18
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.592.889,37	3.368.226,00
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	90008 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - PB
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL
----------------	-------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2020	2019
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.592.889,37	3.368.226,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	185.053.315,89	182.011.223,84
Pessoal e Encargos	128.186.185,82	124.229.357,92
Remuneração a Pessoal	97.388.267,94	97.502.598,95
Encargos Patronais	19.933.866,83	16.351.855,75
Benefícios a Pessoal	6.523.546,19	6.958.809,09
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	4.340.504,86	3.416.094,13
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	24.790.475,20	24.557.593,03
Aposentadorias e Reformas	20.844.291,34	21.192.506,74
Pensões	3.548.367,07	3.345.906,27
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	397.816,79	19.180,02
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	19.709.802,33	25.714.375,76
Uso de Material de Consumo	724.834,65	682.923,76
Serviços	16.655.087,34	21.294.119,11
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.329.880,34	3.737.332,89
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	4.670,61	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	4.670,61	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	4.426.448,88	5.402.923,00
Transferências Intragovernamentais	3.985.198,07	5.287.707,38
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	441.250,81	115.215,62
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	6.784.059,27	219,80
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	6.784.059,27	219,80



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	90008 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - PB
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL
----------------	-------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2020	2019
Tributárias	1.048.303,44	1.591.311,34
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	85.861,30	84.582,43
Contribuições	962.442,14	1.506.728,91
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	103.370,34	515.442,99
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	103.370,34	515.442,99
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-1.897.977,56	2.413.451,88

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2020	2019



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício 2020 – UG 090008 (JFPB)

1 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e estão em consonância com a Lei nº 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI. São compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Notas Explicativas.

O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro da entidade, que sejam úteis aos usuários na tomada de decisões.

2 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

2.1 Ativos e Passivos Circulantes

Os ativos e passivos circulantes foram registrados pelo valor original.

Foi utilizado o custo médio ponderado, conforme art. 106, III, da Lei nº 4.320/1964, para mensurar e avaliar as saídas do estoque (almoxarifado).



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

2.2 Ativos Não Circulantes

Os bens móveis são controlados no sistema GEAFIN (Sistema de Gestão Administrativa e Financeira) e mensurados pelo custo de aquisição ou incorporação.

Não foi reconhecida no exercício a depreciação de bens móveis. Para mais informações, consultar o item 3 destas Notas Explicativas (*Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis*).

Os bens imóveis são controlados pelo sistema SPIUnet (Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial) e mensurados pelo custo de aquisição ou construção.

Parte dos bens imóveis de uso especial cadastrados no SPIUnet foi reavaliada em 2019 com base no método da quantificação do custo, que identifica o custo de reedição de benfeitorias, com apropriação pelo custo unitário básico de construção (CUB). Os imóveis da Seção Judiciária da Paraíba (SJPB) que não foram reavaliados e não tiveram sua depreciação reconhecida no exercício podem ser consultados no item 3 destas Notas Explicativas (*Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis*).

O valor depreciado dos bens imóveis da União cadastrados no SPIUnet foi apurado mensal e automaticamente sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se o Método da Parábola de Kuentzle (art. 7º, *caput*, Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014).

Os ativos intangíveis são mensurados pelo método de custo.

Não foi reconhecida no exercício a amortização de softwares com vida útil definida. Para mais informações, consultar o item 3 destas Notas Explicativas (*Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis*).

Não foi aplicado o teste de recuperabilidade nos ativos intangíveis com vida útil indefinida. A UG priorizou os procedimentos de depreciação/amortização de bens, os quais estão em processo de definição pela Comissão de Reavaliação instituída em processo administrativo específico, ficando o teste de recuperabilidade para ser definido e aplicado em momento oportuno.

3 Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis

A conformidade contábil tem o objetivo de garantir que as informações apresentadas nas demonstrações, em seus aspectos relevantes, sejam verdadeiras e confiáveis (item 5.1.2 da Macrofunção SIAFI 020315 – Conformidade Contábil).



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

No decorrer do exercício de 2020, foram apontadas as seguintes restrições: a) não elaboração do Relatório de Movimentação de Bens Móveis e Intangíveis (RMBI); b) ausência de reavaliação e depreciação dos bens móveis; c) falta de reavaliação de bens imóveis; d) ausência da amortização dos bens intangíveis com vida útil definida; e e) falta de apropriação por competência da parcela correspondente às férias dos servidores.

Os setores competentes apresentaram as justificativas a seguir.

No que se refere às restrições *a*, *b* e *d*, foi constituída Comissão de Reavaliação de Bens para atribuir valores de mercado aos bens que compõem o acervo patrimonial da SJPB. Após o término dos trabalhos, previsto para o segundo semestre de 2021, será iniciado o processo de depreciação dos bens móveis e amortização dos bens intangíveis com vida útil definida, com a emissão mensal do RMBI.

Para a restrição *c*, procedimentos vêm sendo adotados em processo específico junto ao Setor de Manutenção Predial para reavaliação dos bens imóveis. Além disso, foi expedido ofício da Secretaria Administrativa da JFPB para o Conselho Regional de Corretores da 21ª Região (PB) com o objetivo de emitir laudo de avaliação dos seguintes imóveis: edifício-sede em João Pessoa e terreno anexo; salas e garagens autônomas no edifício *Duo Corporate Towers*; edifício e terreno da Subseção de Campina Grande. Além destes, encontram-se com reavaliação pendente, aguardando providências do Setor de Manutenção Predial: edifício da Subseção de Sousa; e galpões alugados em João Pessoa para ocupação do depósito e arquivo judicial.

Quanto à restrição *e*, o Sistema de Pagamento de Pessoal (SARH) ainda não disponibiliza o cálculo da BRPF (Baixa da Remuneração do Período de Férias). Enquanto não implementada a adequação do sistema, está sendo efetuada a apropriação apenas do terço constitucional.

4 Pandemia de COVID-19 (Coronavírus)

A partir do decreto de pandemia do novo coronavírus (COVID-19) emitido pela Organização Mundial da Saúde e considerando as mudanças legislativas ocorridas em âmbito nacional, bem como os protocolos sanitários expedidos pelas autoridades, a Justiça Federal da Paraíba realizou algumas ações, dentre as quais destacam-se:

- a) ajustes de valor de contratos vigentes de limpeza, vigilância e manutenção predial;
- b) dispensa de licitação para aquisição de material médico-hospitalar;
- c) liberação de recursos a municípios paraibanos para aquisição de materiais e equipamentos médicos, com fundamento na Lei nº 13.979/2020, na Resolução CNJ nº 313/2020 e no Ato Conjunto nº 01/2020, assinado pela Presidência do TRF-5 e pela Corregedoria Regional da Justiça Federal na 5ª Região, os quais normatizam a destinação



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

de valores provenientes de cumprimento de penas de prestação pecuniária, transação penal e suspensão condicional do processo;

d) doação de máscaras de proteção facial para instituições de saúde locais.

Para mais informações, acessar o site <http://portaldascom.jfpb.jus.br/institucional/covid19>.

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Em reais

Ativo Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	Conta Corrente	Saldo inicial	Saldo final	AV (%)	AH (%)
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS	0100000000309	0,00	231.296,56	28%	-
	0100000000400	560.958,30	509.499,37	62%	-9%
	0100000000499	50.520,38	0,00	0%	-100%
	0127000000400	0,00	83.874,22	10%	-
	TOTAL		611.478,68	824.670,15	100%

Fonte: SIAFI, 2020.

O valor contábil no final do exercício foi de R\$ 824.670,15, representando aumento de 35% em relação ao valor proveniente do ano de 2019. O saldo é destinado para cobertura dos restos a pagar inscritos no exercício.

De acordo com a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as atividades operacionais geraram caixa no valor de R\$ 2.110.274,80; e as atividades de investimento consumiram caixa no valor de R\$ 1.897.083,33. A geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa foi de R\$ 213.191,47.



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

6 Estoques

Em reais

Ativo Circulante							
Conta Contábil 115610100 (Materiais de Consumo)		Saldo Inicial	Aquisição	Baixa	Saldo Final	AV (%)	AH (%)
01	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0,00	15.285,15	14.688,00	597,15	0%	
04	Gás e Outros Materiais Engarrafados	0,00	8.674,00	8.674,00	0,00	0%	
07	Gêneros Alimentícios	45.716,95	31.207,05	32.833,22	44.090,78	5%	-4%
10	Material Odontológico	0,00	9.819,15	9.819,15	0,00	0%	
16	Material de Expediente	192.581,08	59.219,40	21.935,35	229.865,13	27%	19%
17	Material de Processamento de Dados	156.331,67	5.300,00	53.189,24	108.442,43	13%	-31%
19	Material de Acondicionamento e Embalagem	1.460,04	5.165,88	4.370,01	2.255,91	0%	55%
21	Material de Copa e Cozinha	30.921,52	22.094,30	5.123,81	47.892,01	6%	55%
22	Material de Limpeza e Produtos de Higienização	10.775,99	31.190,70	15.523,69	26.443,00	3%	145%
24	Material para Manutenção de Bens Imóveis/Instalações	25.095,55	31.910,85	27.548,61	29.457,79	3%	17%
25	Material para Manutenção de Bens Móveis	0,00	42.099,44	42.099,44	0,00	0%	
26	Material Elétrico e Eletrônico	184.826,89	123.892,31	24.957,10	283.762,10	33%	54%
28	Material de Proteção e Segurança	235,41	82.273,65	55.234,22	27.274,84	3%	11486%
29	Material para Áudio, Vídeo e Foto	64,00	0,00	12,00	52,00	0%	-19%
30	Material para Comunicações	2.374,88	0,00	0,00	2.374,88	0%	0%
36	Material Hospitalar	960,00	26.479,18	14.402,84	13.036,34	2%	1258%
41	Material para Utilização em Gráficas	549,00	0,00	0,00	549,00	0%	0%
42	Ferramentas	2.266,69	18.251,69	3.905,30	16.613,08	2%	633%
44	Material de Sinalização Visual e Outros	0,00	61.578,42	61.578,42	0,00	0%	
50	Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	22.212,35	0,00	5.274,78	16.937,57	2%	-24%
TOTAL		676.372,02	574.441,17	401.169,18	849.644,01	100%	26%

Fonte: SIAFI, 2020.

O valor contábil dos estoques no final do exercício foi de R\$ 849.644,01, representando aumento de 26% em relação ao valor proveniente do ano de 2019.

A conta corrente *Material Elétrico e Eletrônico* possui a maior representatividade em relação ao total dos estoques (33% do saldo total). A maior variação ocorreu na conta corrente *Material de Proteção e Segurança*.

As baixas nos valores dos estoques ocorreram por uso ou doação.



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

7 Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Em reais

Ativo Circulante					
Varição Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente	Saldo inicial	Adição	Baixa	Saldo final	AV (%)
Prêmios de Seguros a Apropriar - Consolidação	0,00	34.339,30	18.234,02	16.105,28	1%
VPD de Serviços Pagos Antecipadamente	0,00	1.100.836,00	11.302,36	1.089.533,64	99%
TOTAL	0,00	1.135.175,30	29.536,38	1.105.638,92	100%

Fonte: SIAFI, 2020.

O valor contábil das VPDs pagas antecipadamente, no final do exercício, foi de R\$ 1.105.638,92.

A conta *VPD de Serviços Pagos Antecipadamente* representa a quase totalidade do saldo e se refere à aquisição de assinaturas e renovação de licenças de suporte e garantia de *softwares*.

As baixas se referem à apropriação mensal de despesas no resultado, obedecendo ao regime de competência. Cerca de 98% do saldo final da conta *VPD de Serviços Pagos Antecipadamente* diz respeito a aquisições feitas em dezembro/2020, cujas apropriações iniciarão em 2021.

8 Imobilizado

O imobilizado é composto por bens móveis e imóveis, representando 96% do total do ativo da SJPB.

As adições nos saldos do imobilizado ocorreram por aquisição, construção ou incorporação. As baixas, por sua vez, ocorreram por doação ou desincorporação.



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

Em reais

Ativo Não Circulante									
	Imobilizado	Saldo Inicial	Adição	Reavaliação	Baixa	Depreciação	Saldo Final	AV (%)	AH (%)
Bens Móveis	Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.935.418,57	51.055,06	0,00	66.314,55	0,00	1.920.159,08	2%	-1%
	Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	13.600.556,59	839.428,25	0,00	899.188,89	0,00	13.540.795,95	16%	0%
	Móveis e Utensílios	7.587.442,68	32.367,68	0,00	462.284,84	0,00	7.157.525,52	8%	-6%
	Material Cultural, Educacional e de Comunicação	805.434,96	36.553,00	0,00	247.701,67	0,00	594.286,29	1%	-26%
	Veículos	1.064.756,53	0,00	0,00	180.561,62	0,00	884.194,91	1%	-17%
	Armamentos	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0%	-100%
	Peças Não Incorporáveis a Imóveis	825.332,79	0,00	0,00	29.053,64	0,00	796.279,15	1%	-4%
	Subtotal (R\$)	25.818.942,13	959.403,99	0,00	1.885.105,22	0,00	24.893.240,90	29%	-4%
Bens Imóveis	Edifícios (valor contábil líquido)	7.327.534,54	0,00	0,00	0,00	1.003,95	7.326.530,59	8%	0%
	Terrenos/Glebas	15.390.923,20	0,00	0,00	0,00	0,00	15.390.923,20	18%	0%
	Obras em Andamento	18.000,00	715.318,85	0,00	18.000,00	0,00	715.318,85	1%	3874%
	Estudos e Projetos	105.536,29	527,79	0,00	106.064,08	0,00	0,00	0%	-100%
	Instalações	8.353.183,54	245.955,25	0,00	8.353.278,30	0,00	245.860,49	0%	-97%
	Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	1.346.803,13	0,00	0,00	1.336.179,59	0,00	10.623,54	0%	-99%
	Bens Imóveis a Classificar/a Registrar	26.722.342,76	11.028.521,93	0,00	0,00	0,00	37.750.864,69	44%	41%
	Subtotal (R\$)	59.264.323,46	11.990.323,82	0,00	9.813.521,97	1.003,95	61.440.121,36	71%	4%
TOTAL (R\$)	85.083.265,59	12.949.727,81	0,00	11.698.627,19	1.003,95	86.333.362,26	100%	1%	

Fonte: SIAFI, 2020.



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

8.1 Bens Móveis

O valor dos bens móveis no final do exercício foi de R\$ 24.893.240,90, representando redução de 4% em relação ao valor proveniente do ano de 2019.

A conta *Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)* possui a maior representatividade em relação ao total dos bens móveis (16% do saldo total).

8.2 Bens Imóveis

Foi reconhecida, no resultado do exercício, a depreciação de R\$ 1.003,95 relacionada aos bens imóveis cadastrados no SPIUnet (Edifícios), com base nos critérios estabelecidos na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

O valor contábil bruto dos bens imóveis no final do exercício foi de R\$ 61.502.143,88, representando aumento de 4% em relação ao valor proveniente do ano de 2019.

A depreciação acumulada dos bens imóveis no final do exercício foi de R\$ 62.022,52, representando aumento de 2% em relação ao valor proveniente do ano de 2019.

A conta *Bens Imóveis a Classificar/a Registrar* representa 44% do saldo total do imobilizado.

Há diferença de R\$ 1.337.268,06 entre o valor dos imóveis cadastrados no sistema SPIUnet e o valor apresentado no SIAFI (na conta 12321.01.00 – *Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet*). Trata-se de bem alugado pela JFPB onde funciona a Subseção de Patos.

Atualmente, os valores dos imóveis cadastrados no SPIUnet representam 37% do saldo total dos bens imóveis em posse desta Seccional, enquanto os pendentes de cadastro representam 63%.

No que se refere à reavaliação, foi emitido ofício pela Secretaria Administrativa ao Presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 21ª Região - PB com o objetivo de designar corretores de imóveis para emitir Laudo/Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica (PTAM) relativo aos imóveis da União em posse desta seccional. A reavaliação está prevista para ocorrer em 2021.

Os bens imóveis classificados como “Obras em Andamento”, “Estudos e Projetos”, “Instalações”, “Benfeitorias em Propriedade de Terceiros” e “Bens Imóveis a Classificar/a Registrar” são discriminados a seguir.



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

Em reais

Imobilizado						
Conta Contábil	Conta Corrente	Saldo inicial	Adição	Baixa	Saldo Final	AH (%)
Obras em Andamento	IM9008JPA	0,00	305.213,16	0,00	305.213,16	-
	IM9008JPS	18.000,00	0,00	18.000,00	0,00	-100%
	IM9008TE1	0,00	410.105,69	0,00	410.105,69	-
	Subtotal (R\$)	18.000,00	715.318,85	18.000,00	715.318,85	3874%
Estudos e Projetos	IM9008JPA	70.719,52	331,89	71.051,41	0,00	-100%
	IM9008TE1	0,00	195,90	195,90	0,00	-
	IM9008CGE	47,38	0,00	47,38	0,00	-100%
	IM9008GUA	47,38	0,00	47,38	0,00	-100%
	IM9008JPS	34.722,01	0,00	34.722,01	0,00	-100%
	Subtotal (R\$)	105.536,29	527,79	106.064,08	0,00	-100%
Instalações	IM9008CGE	134.486,71	47,38	134.534,09	0,00	-100%
	IM9008GUA	126.867,85	47,38	126.915,23	0,00	-100%
	IM9008SOU	5.563,28	0,00	5.563,28	0,00	-100%
	IM9008JPA	4.775.392,52	220.655,89	4.775.392,52	220.655,89	-95%
	IM9008JPS	3.309.813,18	0,00	3.309.813,18	0,00	-100%
	IM9008TE3	1.060,00	0,00	1.060,00	0,00	-100%
	IM9008TE1	0,00	25.204,60	0,00	25.204,60	-
	Subtotal (R\$)	8.353.183,54	245.955,25	8.353.278,30	245.860,49	-97%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	IM9008MON	1.336.179,59	0,00	1.336.179,59	0,00	-100%
	IM9008PAT	8.991,54	0,00	0,00	8.991,54	0%
	IM9008TRE	1.632,00	0,00	0,00	1.632,00	0%
	Subtotal (R\$)	1.346.803,13	0,00	1.336.179,59	10.623,54	-99%
Bens Imóveis a Classificar/a Registrar	IM9008JPA	923.542,91	4.846.112,04	0,00	5.769.654,95	525%
	IM9008CGE	0,00	134.534,09	0,00	134.534,09	-
	IM9008GUA	0,00	126.915,23	0,00	126.915,23	-
	IM9008JPS	16.990.000,00	3.362.535,19	0,00	20.352.535,19	20%
	IM9008TE1	788.047,74	0,00	0,00	788.047,74	0%
	IM9008TE3	8.020.752,11	1.060,00	0,00	8.021.812,11	0%
	IM9008SOU	0,00	2.557.365,38	0,00	2.557.365,38	-
	Subtotal (R\$)	26.722.342,76	11.028.521,93	0,00	37.750.864,69	41%

Fonte: SIAFI, 2020.

a) O acréscimo de 41% no saldo da conta *Bens Imóveis a Classificar/a Registrar*, em comparação ao ano de 2019, decorre, em grande parte, da transferência de saldos de *Obras em Andamento*, *Estudos e Projetos* e *Instalações* para atender ao disposto no item 4.2.3 da Macrofunção SIAFI 021003 – Manual de Análise dos Demonstrativos e Auditores Contábeis. Trata-se de obras já concluídas, mas ainda não cadastradas no



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

SPIUnet, com pendência de legalização ou registro no cartório competente. Ressalta-se que tais obras não vêm sendo objeto de depreciação, estando pendente a reavaliação tratada no item 3 destas Notas Explicativas (*Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis*).

b) O saldo nas contas *Obras em Andamento e Instalações*, no valor de R\$ 715.318,85 e R\$ 245.860,49, respectivamente, se refere à reforma da 7ª e 13ª Varas da JFPB e à construção de galpão para arquivo e depósito geral, iniciadas em 2020, com prazo de término até o final de janeiro/2021.

9 Intangível

Em reais

Ativo Não Circulante						
Intangível	Saldo Inicial	Adição	Baixa	Saldo Final	AV (%)	AH (%)
Softwares com Vida Útil Definida	184.460,00	0,00	0,00	184.460,00	16%	0%
Softwares com Vida Útil Indefinida	706.768,40	232.444,99	0,00	939.213,39	84%	33%
TOTAL (R\$)	891.228,40	232.444,99	0,00	1.123.673,39	100%	26%

Fonte: SIAFI, 2020.

O valor contábil dos bens intangíveis no final do exercício foi de R\$ 1.123.673,39, representando aumento de 26% em relação ao valor proveniente do ano de 2019.

A conta *Softwares com Vida Útil Indefinida* representa 84% do saldo total dos bens intangíveis.

O valor de R\$ 232.444,99 adicionado à conta *Softwares com Vida Útil Indefinida* se refere a ajuste de classificação contábil de *software* de rede adquirido em 2019.

10 Obrigações de Curto Prazo

Em reais

Passivo Circulante				
Conta Contábil	Saldo em dez/2019	Saldo em dez/2020	AV (%)	AH (%)
Salários, Remunerações e Benefícios (P)	344.492,99	4.091,37	9%	-99%
PSSS-Contribuições sobre Vencimentos e Vantagens-Intra (P)	443.838,10	32.685,89	74%	-93%
Contas a Pagar Credores Nacionais (P)	282.085,67	7.600,00	17%	-97%
TOTAL	1.070.416,76	44.377,26	100%	-96%

Fonte: SIAFI, 2020.



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

O saldo de R\$ 4.091,37 na conta *Salários, Remunerações e Benefícios* (atributo P – Permanente) se refere às obrigações da UG em 31/12/2020 decorrentes de promoção/progressão funcional de servidores, pendentes de liberação orçamentária, que são reconhecidas e atualizadas conforme a Resolução CJF nº 224/2012.

De acordo com a Nota Técnica nº 02/2020, emitida pela Seção de Acompanhamento Contábil do TRF 5ª Região, que trata da classificação contábil das despesas enquadradas no elemento 92 (Despesas de Exercícios Anteriores – DEA), em caso de solicitação de direitos de pessoal, deve-se reconhecer o passivo quando for publicado o ato que formaliza a concessão do direito (ex: Portaria), em atendimento ao princípio contábil da competência, tendo como contrapartida uma Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) ou Ajustes de Exercícios Anteriores.

Com base no mesmo critério, o saldo de R\$ 32.685,89 na conta *PSSS – Contribuições sobre Vencimentos e Vantagens – Intra OFSS* (atributo P) se refere às obrigações patronais para custeio do Plano de Seguridade Social do Servidor, cujo fato gerador ocorreu no exercício atual ou em exercício anterior.

Por sua vez, foram reconhecidas obrigações com honorários periciais decorrentes de Assistência Judiciária Gratuita (AJG), no valor de R\$ 7.600,00, validadas no sistema AJG da Justiça Federal em 2020, cuja quitação depende de liberação orçamentária.

11 Ajustes de Exercícios Anteriores

Em reais	
Ajustes de Exercícios Anteriores	Valor
Saldo em 31/12/2019	-2.488.901,63
Reclassificação do saldo existente em 31/12/2019 para a conta <i>Superávit ou Déficit de Exercícios Anteriores</i>	2.488.901,63
Apropriação de despesas com pessoal ativo/inativo (inclusive encargos sociais)	-1.318.724,29
Despesas com honorários periciais	-13.844,40
Despesas com reembolso de pessoal requisitado	-646.534,39
Despesas diversas (ressarcimento de serviços e cobrança TCR)	-44.641,92
Bens de capital - Imobilizado (variações diminutivas)	-1.336.179,59
Bens de capital - Imobilizado (variações aumentativas)	2.551.802,10
Saldo em 31/12/2020	-808.122,49

Fonte: SIAFI, 2020.



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

11.1 Variações decorrentes de mudança na política contábil

Foram reconhecidas em 2020 despesas com ressarcimento de serviços, reembolso de pessoal requisitado, despesas com pessoal ativo/inativo (inclusive encargos sociais) e honorários periciais, referentes a fatos geradores ocorridos em exercício anterior.

As despesas com ressarcimento de serviços foram reconhecidas considerando a data da prestação como fato gerador. Portanto, para cobrança referente a serviço prestado em exercício anterior, foi reconhecida obrigação em contrapartida de Ajustes de Exercícios Anteriores.

Por sua vez, de acordo com a Nota Técnica nº 02/2020, já referida no item 10 destas Notas Explicativas, foram reconhecidas obrigações com base nos seguintes critérios:

- a) solicitação de direitos de pessoal (inclusive encargos sociais): deve-se reconhecer o passivo quando for publicado o ato que formaliza a concessão do direito (ex: Portaria);
- b) ressarcimento de pessoal requisitado: passivo reconhecido considerando o mês trabalhado como fato gerador; e
- c) honorários periciais decorrentes de Assistência Judiciária Gratuita (AJG): passivos reconhecidos considerando o ano em que a Assistência Judiciária foi validada no sistema AJG da Justiça Federal.

11.2 Variações decorrentes da retificação de erros imputáveis a exercício anterior

Foi registrada baixa na conta *Benfeitorias em Propriedade de Terceiros*, no valor de R\$ 1.336.179,59, tendo como contrapartida a conta de Ajustes de Exercícios Anteriores (movimento devedor), por se tratar de valor de bem imóvel já incluído no SPIUnet em 2019 com base em laudo emitido naquele exercício.

Por sua vez, foi registrado acréscimo na conta *Bens Imóveis a Classificar/a Registrar, c/c IM9008SOU*, no valor de R\$ 2.551.802,10, tendo como contrapartida a conta de Ajustes de Exercícios Anteriores (movimento credor), para deixar compatível com o laudo de avaliação do bem imóvel emitido em 2019. Trata-se de valor pendente de registro no cartório competente e ainda não cadastrado no SPIUnet.



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

12 Restos a Pagar

Houve inscrição de restos a pagar não processados em 2020 no montante de R\$ 824.670,15.

Não foram inscritos ou reinscritos restos a pagar processados. Também não foram reinscritos restos a pagar não processados.

De acordo com o Balanço Orçamentário – Anexo I, foram cancelados restos a pagar não processados provenientes do exercício de 2019, no valor de R\$ 86.241,85.

13 Ativos e Passivos (Incorporação, Desincorporação e Perdas)

Foram registrados ganhos com a incorporação de ativos (Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA), no valor de R\$ 23.500,00, provenientes da incorporação de bem móvel.

Por sua vez, foram registrados ganhos com a desincorporação de passivos (VPA), no valor de R\$ 158.466,67, decorrentes da baixa de obrigações estimadas a maior em 2019 referentes à despesa com honorários periciais.

Os saldos das contas *Perdas Involuntárias* e *Desincorporação de Ativos*, variações diminutivas constantes da DVP, no valor de R\$ 415.444,31 e R\$ 93.201,67, respectivamente, provêm de doação/defazimento de bens móveis inservíveis. O reconhecimento da inservibilidade dos bens se baseou, em linhas gerais, nos seguintes eventos ou circunstâncias: não atendimento à finalidade a que os bens se destinavam; valor registrado considerado irrisório; dificuldade/impossibilidade de a Comissão de Reavaliação estabelecer valores de mercado a bens que perderam a sua função precípua.

DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR

(Declaração com Restrição)

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2020 da Justiça Federal de 1º Grau – Seção Judiciária da Paraíba, UG 090008.

A presente declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, quais sejam o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Variações Patrimoniais, a Demonstração de Fluxo de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2020, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, EXCETO quanto aos assuntos mencionados a seguir:

I) AUSÊNCIA DE DEPRECIÇÃO DE BENS MÓVEIS

Justificativa:

A Seção de Material e Patrimônio está realizando os processos de baixa de bens móveis para obter a planilha com todos os bens a serem reavaliados. Após isto, a reavaliação será realizada no GEAFIN (Sistema de Gestão Administrativa e Financeira).

Ao final dos trabalhos da Comissão de Reavaliação (criada pela Portaria nº 902/SA/2017 e alterada pelas Portarias nº 508/SA/2018 e nº 418/SA/2019, constantes em processo específico), que envolve atribuir valores de mercado aos bens que compõem o acervo patrimonial móvel da Seção Judiciária da Paraíba (SJPB), será possível iniciar o processo de depreciação, como também proceder ao ajuste de contas entre GEAFIN e SIAFI, objetivando a emissão mensal do Relatório de Movimentação de Bens Móveis e Intangíveis (RMBI).

A pandemia de Covid-19 fez com que o prazo de término dos trabalhos fosse prorrogado para o segundo semestre de 2021.

II) AUSÊNCIA DE REAVALIAÇÃO E DEPRECIÇÃO DE BENS IMÓVEIS

Justificativa:

A depreciação vem sendo aplicada mensalmente apenas sobre os bens imóveis cadastrados no SPIUnet, os quais representam 37% do saldo total dos imóveis.

Ressalta-se que foi aberto processo administrativo com o objetivo de acompanhar a situação dos imóveis das Subseções da SJPB, especificamente no que se refere à reavaliação/regularização desses bens, cujos saldos, em sua maioria, estão classificados na conta *Bens Imóveis a Classificar/a Registrar*. Restam pendentes alguns procedimentos por parte da Seção de Administração Predial e Engenharia, dentre os quais:

- a) A reavaliação dos laudos do edifício-sede e do terreno anexo, assim como a regularização das benfeitorias realizadas no terreno da sede;
- b) O remembramento dos terrenos da Subseção Judiciária de Campina Grande, a averbação das benfeitorias e a emissão dos laudos de avaliação do imóvel;
- c) A regularização das benfeitorias da Subseção Judiciária de Sousa;
- d) A avaliação dos galpões alugados para ocupação do Depósito e do Arquivo Judicial;
- e) Após a conclusão das benfeitorias do edifício *Duo Corporate Towers* (DCT), a regularização nos órgãos competentes e a emissão de laudo de avaliação das salas e garagens.

Além disso, foi emitido ofício pela Secretaria Administrativa ao Presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 21ª Região - PB com o objetivo de designar corretores de imóveis para emitir Laudo/Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica (PTAM) relativo aos imóveis da União em posse desta seccional. A reavaliação está prevista para ocorrer em 2021.

III) FALTA DE REGISTRO DA AMORTIZAÇÃO DOS BENS INTANGÍVEIS COM VIDA ÚTIL DEFINIDA

Justificativa:

Os bens intangíveis estão sendo analisados pela Comissão de Reavaliação de Bens (criada pela Portaria nº 902/SA/2017 e alterada pelas Portarias nº 508/SA/2018 e nº 418/SA/2019, constantes em processo administrativo específico). Eles serão submetidos à



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Paraíba

amortização quando da finalização do processo de reavaliação de todos os bens que compõem o acervo patrimonial da SJPB, quando serão iniciados os lançamentos de depreciação, no caso de bens móveis, e de amortização, no caso de bens intangíveis.

LOCAL	João Pessoa/PB	DATA	07/01/2021
CONTADOR RESPONSÁVEL	Clydemberg Inácio Barbosa Neves Santos	CRC/PB	11.028

RELATÓRIO DE INCONSISTÊNCIAS CONTÁBEIS

Exercício 2020 – UG 090008 (JFPB)

O presente Relatório foi elaborado em conformidade com o disposto na Macrofunção SIAFI 020315 – Conformidade Contábil.

Para a referida Macrofunção, o Relatório de Inconsistências Contábeis deve apresentar todas as inconsistências identificadas, sendo elas consideradas relevantes ou não. A título de exemplo, estão as restrições contábeis consideradas relevantes incluídas na Declaração do Contador; as que não foram apontadas na conformidade mensal e nem mencionadas na Declaração do Contador; e os desequilíbrios, exceto os de valor irrisório, apontados pelos auditores do SIAFI Web (transação >CONDESAUD) no encerramento do exercício e não regularizados.

Este Relatório também contém os motivos das inconsistências terem permanecido no término do exercício e as providências que foram ou serão tomadas. Para inconsistências relacionadas, foi apresentada justificativa única.

Inconsistência 1 – Não elaboração do Relatório de Movimentação de Bens Móveis e Intangíveis (RMBI);

Inconsistência 2 – Ausência de reavaliação e depreciação de bens móveis;

Inconsistência 3 – Divergência de saldos de bens móveis (GEAFIN x SIAFI);

Inconsistência 4 – Falta de registro de amortização dos bens intangíveis com vida útil definida.

A Seção de Material e Patrimônio não está emitindo o RMBI no momento, em virtude das discrepâncias existentes entre o GEAFIN e SIAFI oriundas de problemas existentes no antigo SIMAP – Sistema de Material e Patrimônio.

Neste final de exercício, a Seção está realizando os processos de baixa de bens móveis para obter a planilha com todos os bens a serem reavaliados. Após isto, a reavaliação será realizada no GEAFIN (Sistema de Gestão Administrativa e Financeira).

Ao final do trabalho da Comissão de Reavaliação (criada pela Portaria nº 902/SA/2017 e alterada pelas Portarias nº 508/SA/2018 e nº 418/SA/2019, constantes em processo específico), que envolve atribuir valores de mercado aos bens que compõem o acervo patrimonial móvel da Seção Judiciária da Paraíba (SJPB), será possível iniciar o processo de depreciação e amortização, como também proceder ao ajuste de contas entre GEAFIN e SIAFI, objetivando a emissão mensal do RMBI. A pandemia de Covid-19 fez com que o prazo de término dos trabalhos fosse prorrogado para o segundo semestre de 2021.

Inconsistência 5 – Não aplicação do teste de recuperabilidade (*impairment*) para os bens intangíveis com vida útil indefinida.

A UG priorizou os procedimentos de depreciação/amortização de bens, os quais estão em processo de definição pela Comissão de Reavaliação instituída em processo administrativo específico, ficando o teste de recuperabilidade para ser definido e aplicado em momento oportuno.

Inconsistência 6 – Ausência de reavaliação e depreciação de bens imóveis.

A depreciação vem sendo aplicada mensalmente apenas sobre os bens imóveis cadastrados no SPIUnet, os quais representam 37% do saldo total dos bens imóveis.

Ressalta-se que foi aberto processo administrativo com o objetivo de acompanhar a situação dos imóveis das Subseções da SJPB, especificamente no que se refere à reavaliação/regularização desses bens, cujos saldos, em sua maioria, estão classificados na conta *Bens Imóveis a Classificar/a Registrar*. Restam pendentes alguns procedimentos por parte da Seção de Administração Predial e Engenharia, dentre os quais:

- a) A reavaliação dos laudos do edifício-sede e do terreno anexo, assim como a regularização das benfeitorias realizadas no terreno da sede;
- b) O remembramento dos terrenos da Subseção Judiciária de Campina Grande, a averbação das benfeitorias e a emissão dos laudos de avaliação do imóvel;
- c) A regularização das benfeitorias da Subseção Judiciária de Sousa;
- d) A avaliação dos galpões alugados para ocupação do Depósito e do Arquivo Judicial; e
- e) Após a conclusão das benfeitorias do edifício *Duo Corporate Towers* (DCT), a regularização nos órgãos competentes e a emissão de laudo de avaliação das salas e garagens.

Além disso, foi emitido ofício pela Secretaria Administrativa ao Presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 21ª Região - PB com o objetivo de designar corretores de imóveis para emitir Laudo/Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica (PTAM) relativo aos imóveis da União em posse desta seccional. A reavaliação está prevista para ocorrer em 2021.

Inconsistência 7 – Falta de registro de férias por competência.

O Sistema de Pagamento de Pessoal – SARH ainda não disponibiliza a informação sobre o valor da BRPF (Baixa da Remuneração do Período de Férias), nos moldes apresentados pela Macrofunção SIAFI 021142 – Folha de Pagamento. Enquanto não implementada a adequação do sistema, está sendo efetuada a apropriação apenas do terço constitucional.

Inconsistência 8 – Ausência do registro de amortização dos saldos de “Benfeitorias em Propriedade de Terceiros”.

O controle da amortização dos saldos da conta *Benfeitorias em Propriedade de Terceiros* está previsto para ser aplicado no início de 2021 considerando os prazos dos contratos de locação dos imóveis. Trata-se de gastos com construção e instalação que se incorporam ao imóvel alugado e reverterem ao proprietário do bem ao final da locação.

Inconsistência 9 – Falta de segregação contábil das despesas com gratificações/benefícios, 13º salário e férias pagos a servidores vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Controle não implementado tendo em vista o custo-benefício da informação produzida. Dos 546 servidores lotados nesta Seccional, apenas 12 estão vinculados ao RGPS.

LOCAL	João Pessoa/PB	DATA	07/01/2021
CONTADOR RESPONSÁVEL	Clydemberg Inácio Barbosa Neves Santos	CRC/PB	11.028